

31/12/2018.

Leis Penais Especiais, objetivo.

Professor: Leonardo Galardo.

Lei 9.099/95- competência no caso de concurso de crimes e diferenças entre JECRIM Estadual e JECRIM Federal.

Resumo.

Medidas despenalizadoras.

. **Lembrete:** infrações penais de menor potencial ofensivo estão no artigo 61, da Lei 9.099/95: todas as contravenções penais e crimes com pena máxima menor ou igual a 2 anos(cumulada ou não, com multa).

. **Os artigos 74, 76, 88 e 89, da Lei 9.099/95** oferecem as medidas despenalizadoras.

. O artigo 74 apresenta a composição de danos civis; o artigo 76, a transação penal; o artigo 88, a representação; e o artigo 89, o *sursis* processual.

. As medidas despenalizadoras são filtros aplicados antes de haver o processamento e o julgamento do feito.

Concursos de crimes.

Subdividem-se em: crimes materiais(reais), crimes formais(ideais) e crime continuado. E o crime formal se subdivide em: crime normal ou crime anormal.

. Artigos 69, 70 e 71, do CP.

. O crime material e o crime anormal utilizam a soma das penas, o crime normal e o crime continuado empregam a exasperação das penas.

. O STJ, com sua jurisprudência, consolidou o entendimento sobre concurso de crimes e a Lei 9.099/95, no HC 143.500/PE: o que vale é a pena máxima do delito menor ou igual a 2 anos(competência do JECRIM), após a exasperação ou a soma; das penas.

. Artigos 138, 139 e 140, do CP(injúria, calúnia e difamação) estão afastados da competência da Lei 9.099/95, conforme o STJ.



O JECRIM Federal.

. Exemplo de crime desta competência está no artigo 331, do CP(desacato).

. JECRIM Estadual serve para todas as contravenções penais e para crimes com pena máxima menor ou igual a 2 anos que ofendam à Justiça Estadual.

. Observação: ao JECRIM Federal, compete julgar crimes com pena máxima menor ou igual a 2 anos que ofendam à Justiça Federal. Além disso, a Justiça Federal não julga contravenções penais.

Exercícios.

1.

(CESPE- Polícia Civil do ES- 2010) A respeito dos juizados especiais cíveis e criminais (Lei n.º 9.099/1995), julgue os itens que se seguem.

Nos casos em que a mencionada lei exige representação para a propositura da ação penal pública, o ofendido ou seu representante legal será intimado para oferecê-la no prazo de trinta dias, sob pena de decadência.

2.

(CESPE- Polícia Civil de SE- 2018) A homologação de transação penal faz coisa julgada material e, dessa forma, mesmo que cláusulas acordadas sejam descumpridas, inviabiliza a ocorrência de posterior requisição de inquérito policial.

3.

(CESPE- Polícia Civil de SE- 2018) A condenação penal de Antônio, em caso de eventual inviabilização da transação penal, dependeria da identificação dos denominados banqueiros que promoviam o jogo do bicho.

Gabarito.

1. Letra c(de certo).

Informativo 28, de 1996, do STF.

Aplica-se o artigo 91(norma de transição) e o artigo 88, da Lei 9.099/95 para delitos cometidos antes do início da vigência desta Lei(antes de 26/11/1995).

O artigo 75, parágrafo único, da Lei 9.099/95 se utiliza quando houver prejuízo para o ofendido, por causa da demora estatal em concretizar a audiência preliminar.

Já o artigo 38, do CPP é a regra geral utilizada na vigência da Lei 9.099/95.

2.

Súmula 35, do STF.

3.

Súmula 51, do STJ.
